



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

## **MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 038/2018**

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Ao cumprimentá-los, na oportunidade, vimos reivindicar a apreciação da matéria objeto do Projeto de Lei em anexo, o qual tem por finalidade ***“AUTORIZAR A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE ENGENHEIRO CIVIL”***.

Os motivos que justificam a prorrogação contratual ora reivindicada se consubstanciam nas mesmas razões que fundamentaram a propositura do Projeto de Lei nº 011/2018, que restou promulgado pela Lei Municipal nº 3.211, de 13.03.2018.

Naquela ocasião justificou-se que era necessário a manutenção do contrato com o profissional da Engenharia Civil que se encontrava vinculado como Responsável Técnico do Município em relação a várias obras em andamento, dentre as quais, a fiscalização da obra de reconstrução da Ponte Julio de Castilhos, objeto de Convênio com o DAER, no valor de **R\$ 3.200.000,00**.

De todas as obras então relacionadas, a única que restou concluída, até o momento, foi a de reconstrução da nossa centenária ponte, restando ainda em pleno andamento as demais obras, que necessitam, sobremaneira, do acompanhamento da fiscalização desse profissional, como adiante se relaciona:



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

- obra de construção de pontes e bueiros, objeto de Convênio com o Ministério da Integração Nacional, no valor de **R\$ 412.000,00**;
- obra de construção de oito bueiros com galerias, objeto de Convênio com a Secretaria de Obras do Estado, no valor de **R\$ 130.000,00**;
- obra de pavimentação de ruas no bairro Consolata, objeto de Convênio com o Ministério das Cidades, no valor de **R\$ 250.000,00**;
- obra de reformulação do Estádio dos Eucaliptos, 2ª etapa, objeto de Convênio com o Ministério dos Esportes, no valor de **R\$ 301.000,00**.

Ademais, também se torna fundamental a presença desse profissional da Engenharia Civil na fiscalização de outras importantes obras que nesse período de tempo vieram a ser iniciadas, as quais contaram com a sua participação na elaboração dos seus respectivos projetos, dentre essas, cabe a destacar:

- a obra de construção do Centro de Cuidados Continuados Integrados (CCI) junto ao Hospital de Caridade de Jaguari, objeto de Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, no valor de **R\$ 1.100.000,00**;
- a obra de construção do Plano de Prevenção de Combate a Incêndio do Hospital de Caridade de Jaguari, objeto de Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, no valor de **R\$ 140.000,00**;
- a obra de construção da rede de distribuição de ar comprimido e gás oxigênio no Hospital de Caridade de Jaguari, objeto de Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, no valor de **R\$ 220.000,00**.

E, por último, se aproxima o início da obra atinente ao Projeto “Avançar Cidades”, objeto de Convênio com o Ministério das Cidades, destinado a pavimentação de ruas, no valor de **R\$ 4.200.000,00**, obra essa que pela sua natureza e extensão é imprescindível a atuação fiscalizadora do profissional da engenharia civil.

Porquanto, diante da relevância de tais obras e do vínculo do atual contratado como Responsável Técnico desde a elaboração dos respectivos projetos, torna-se recomendável e necessário para a manutenção do seu vínculo com o Município, pelo menos até a conclusão das mesmas.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

Soma-se a isso, tem-se a dificuldade do Município em dispor da permanência de um profissional dessa área em caráter efetivo, o que poderia proporcionar a transição dessas atividades e a aquisição da experiência necessária ao bom andamento do serviço público. Contudo, não é isso que vem se verificando no Setor de Engenharia. Prova dessa realidade é que o primeiro classificado para o cargo de Engenheiro Civil no Concurso Público concluído no ano de 2017 e que tomou posse em 01/dezembro/2017 foi exonerado a pedido em 29/março/2018, estando em exercício o segundo classificado, que tomou posse em 30/abril/2018. Desse modo, o serviço vem sofrendo solução de continuidade, o que impõe a permanência do contratado temporário, até porque o grande volume das obras em andamento e ao mesmo tempo, tornam-se de difícil acompanhamento por apenas um profissional dessa área.

Para tanto, se reivindica a prorrogação do prazo contratual em mais seis meses, renováveis por igual período.

Em linha de conclusão, pelos motivos especificados acima se justifica a prorrogação do contrato temporário em questão, vez que presente o fundamento da necessidade temporária de excepcional interesse público.

Por fim, quanto à estimativa do impacto orçamentário e financeiro preconizado pela Lei Complementar nº 101/2000, se torna desnecessário a sua apresentação no momento presente, vez que o mesmo já foi elaborado por ocasião das contratações iniciais, quando foi concluído pela possibilidade do seu encargo.

Diante de todo o exposto, encarecemos as Senhoras e aos Senhores Vereadores a aprovação do presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 03 de agosto de 2018.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**



## **PROJETO DE LEI N° 038/2018**

**Autoriza a prorrogação do contrato temporário de Engenheiro Civil.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 78, inc. IV da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar pelo prazo de seis (06) meses, renováveis por igual período, por motivo de excepcional interesse público, o contrato administrativo temporário identificado neste artigo, em número de vagas, função e carga horária, conforme a seguir discriminado:

VAGAS	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	LEI AUTORIZADORA
01(uma)	ENGENHEIRO CIVIL	30 horas	3.099/16 c/c 3.141/17, 3.156/17 e 3.211/2018

Parágrafo único. Não se aplica à contratação autorizada pelo *caput* deste artigo as vedações impostas pelo art. 234, alterado pela Lei Municipal nº 2.187, de 12.11.1999, e pelo art. 235, ambos da Lei Municipal nº 1.900, de 27.06.1991.

**Art. 2º** As especificações exigidas para a contratação autorizada por esta Lei são as constantes da Lei Municipal nº 1.901, de 27.06.91, com suas posteriores alterações.

**Art. 3º** O contrato será de natureza administrativa, ficando assegurados ao contratado os direitos previstos no art. 236, em seus incisos II a IV, da Lei Municipal nº 1.900, de 27.06.1991.

**Art. 4º** A rescisão ocorrerá mediante o término do contrato administrativo, ou a qualquer tempo se não estiverem sendo cumpridas as condições contratuais ou pela não mais caracterização da necessidade emergencial.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, exceto pelo não desempenho das atribuições funcionais, em caso de rescisão, a parte interessada deverá comunicar formalmente a desistência, em um período anterior de 30 (trinta) dias.

**Art. 5º** As despesas decorrentes do objeto da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica constante na Lei Orçamentária Anual, editada pela Lei Municipal n.º 3.191, de 22.11.2017.

**Art. 6.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 31 de julho de 2018.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**

REGISTRADA NO LIVRO N.º \_\_\_\_\_ ÀS FLS.  
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO  
EM:        /        /

**CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,**  
**Secretário de Administração.**